

**6. EMPREITADA DE "CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL – BRAGA – CPE.26.20. DMOSM:**

Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 2 de fevereiro de 2021, relativa à aprovação de todas as propostas constantes do Relatório Final de análise e ordenação das propostas da Empreitada em epígrafe.

Propõe-se ainda para aprovação as minutas dos contratos a celebrar com os adjudicatários.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

*Concordo*  
A Diretora da DMOSM,

Remeta-se à Sr.ª Diretora.

O Diretor do DOM,

Despacho:

*Aprou. A  
retirar o ms do  
Estado Municipal.*

O Presidente,

*[Signature]*  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

*21/02/25*

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

## **I- INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:**

**Concurso Limitado por Prévia Qualificação: CPE.17.19. DMOSM**

**Contratação: empreitada de "CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E  
PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL, BRAGA".**

**Preço Base do Procedimento: €1.898.200,94**

**Prazo de execução: 24 meses**

## **2.º RELATÓRIO FINAL DA FASE DE QUALIFICAÇÃO**

**Identificação do Júri:**  
**Membros efetivos:**

**Membros suplentes:**

**Reunião realizada em: 22/02/2021**

Reunião efetuada em cumprimento do disposto no artigo 186.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro e Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, destinada à elaboração do 2.º relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **10695/2020**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 188, de 25 de setembro de 2020, com o objetivo de ponderar as observações dos candidatos em sede de audiência prévia e ainda propor ou não a qualificação dos candidatos que constam do 1.º relatório final.

## **II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 186.º do CCP, o júri enviou a todos os candidatos o 1.º relatório final, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, tendo resultado no seguinte:

- Os candidatos não apresentaram quaisquer reclamações.

## **III – CANDIDATOS QUALIFICADOS:**

Face à inexistência de observações pelos candidatos, o júri deliberou por unanimidade, propor a aprovação da qualificação, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 186.º do CCP e n.º 2 do artigo 19 do Programa do Concurso, dos seguintes candidatos:

- **AUGUSTO OLIVEIRA FERREIRA & CA.LDA;**
- **REVIVIS, REABILITAÇÃO, RESTAURO E CONSTRUÇÃO LDA;**
- **SIGNINUM – GESTÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL LDA;**
- **CARI CONSTRUÇÕES, S.A.**

## **IV – QUALIFICAÇÃO E CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Na sequência da decisão da qualificação, proceder-se-á à respetiva notificação dos candidatos.

Propõe-se ainda a aprovação do convite para apresentação da proposta, que se

anexa, o qual será enviado, nos termos do disposto no artigo 189.º do CCP, às empresas qualificadas, para apresentação da proposta para a presente empreitada. Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- 2.º Relatório Final;
- Convite para apresentação da proposta.

### **O Júri do Procedimento**



**Concurso Público: CPE.17.20.DMOSM****Entidades a convidar:**

- AUGUSTO OLIVEIRA FERREIRA & CA.LDA;
- REVIVIS, REABILITAÇÃO, RESTAURO E CONSTRUÇÃO LDA;
- SIGNINUM – GESTÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL LDA;
- CARI CONSTRUÇÕES, S.A.

**CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS****Empreitada de “CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO  
DE S. FRANCISCO DE REAL, BRAGA”.**

Estando concluída a fase de qualificação dos candidatos no âmbito do concurso identificado em epígrafe, cujo anúncio n.º **10695/2020**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 188, de 25 de setembro de 2020, e tendo sido a vossa empresa qualificada, conforme relatório final que se anexa, envia-se o presente convite para apresentação da proposta para a fase seguinte do referido concurso, nos termos seguintes:

**- A proposta deverá ser elaborada de acordo com o previsto no programa do concurso e caderno de encargos.**

- a) Não é admissível a apresentação de propostas variantes;
- b) O prazo para apresentação das propostas é de 20 (vinte) dias a contar da data de envio do presente convite.

**- Reclamações ou dúvidas sobre as peças patenteadas no concurso:**

1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser apresentados pelo concorrente através da plataforma eletrónica [www.saphety.com](http://www.saphety.com), à entidade adjudicante, até às 18h00 do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

2 - Até à data limite referida no número anterior, deve o convidado apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.

3 - Os esclarecimentos, as retificações e a lista com a identificação dos erros e omissões detetados pelo convidado será disponibilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

4 - A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas, desde que requerida tempestivamente por qualquer interessado.

**- A proposta é constituída obrigatoriamente pelos seguintes documentos:**

- a) **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, conforme o modelo constante do **Anexo I** ao presente regulamento;
- b) Declaração contendo a **indicação do preço e do prazo** para a conclusão dos trabalhos;
- c) **Lista dos preços unitários da obra** todas as espécies de trabalho e quantidades previstas no projeto de execução, de acordo com o mapa de quantidades patenteado no concurso, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais;

**Os preços unitários, para além de serem apresentados em documento PDF, também devem ser preenchidos diretamente na plataforma eletrónica.**

- d) **Indicação dos preços parciais** propostos em correspondência às habilitações contidas no alvará, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, aplicando-se o disposto no n.º 5 desse mesmo normativo se for o caso;
- e) **Programa de trabalhos**, elaborado nos termos do disposto no artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*, compreendendo, com respeito pelo prazo de execução, a fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalho previstas, a especificação dos meios afetos e a definição do correspondente plano de pagamentos;



- f) Declaração do concorrente que mencione os trabalhos a efetuar em cada uma das subcategorias e o respetivo valor e, se for o caso, declaração de compromisso subscritas pelo concorrente e por cada um dos subempreiteiros;
- g) **Memória Justificativa e Descritiva** do modo de execução da obra, de acordo com o plano de trabalhos onde se deverá descrever:
- I. Exame de diagnostico preliminar - aspetos materiais e principais problemas de conservação;
  - II. Descrição técnica da intervenção - apresentação e descrição das ações propostas, relacionando-as e fundamentando a metodologia no exame-diagnóstico e enquadrando-a nos objetivos do caderno de encargos;
  - III. Organização geral da intervenção - distribuição e atribuição de tarefas, com indicação do número e perfil dos técnicos a afetar, número de frentes de trabalho, estaleiro, andaimes e estruturas de apoio, caracterização das interdependências e encadeamentos das diferentes fases de obra, bem como de outros aspetos que garantam o cumprimento dos prazos da empreitada;
- 1.- Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.
- 2 - Todos os documentos identificados nos números anteriores terão de ser, obrigatoriamente, documentos eletrónicos, nos termos do respetivo regime jurídico, assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão.
- 3 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, exceto nos documentos referentes a catálogos, especificações técnicas, esquemas, gráficos, homologações e certificados de qualidade relativos apenas e somente a materiais e equipamentos propostos, os quais também podem ser redigidos em língua estrangeira, devendo neste caso ser redigidos em Espanhol, Francês ou Inglês.

**- Requisitos de habilitação:**

São requisitos de habilitação do(s) concorrente(s), sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes:

- a) A titularidade de alvará de construção, emitido pelo *Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P (IMPIC, IP)*, titulando as

autorizações seguintes, sem prejuízo do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho:

- i. A classificação na **10.ª subcategoria da 1.ª categoria** em classe correspondente ao valor global da proposta
  - ii. Da **4.ª, 5.ª, 6.ª e 8.ª subcategoria da 1.ª categoria**, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem;
  - iii. Da **1.ª, 10.ª e 12.ª subcategoria da 4.ª categoria**, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem;
- b) A inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55.º do *Código dos Contratos Públicos*.

**- Parâmetros base e aspetos vinculativos:**

- 1.- O preço base do procedimento é de **€1.892.335,24 (um milhão oitocentos e noventa e dois mil trezentos e trinta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
- 2.- O prazo de execução é de **24 meses**, significando este o prazo máximo de execução das prestações que constituem o objeto do contrato e que pode ser oferecido pelo concorrente.
- 3.- A violação dos parâmetros base implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

**- Critério de adjudicação:**

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade «melhor relação qualidade-preço», nos termos previstos na alínea a), do n.º 1 do artigo 74.º do *Código dos Contratos Públicos*, de acordo com Regulamento de análise das propostas (Anexo VI a que se refere o artigo 27.º do Programa do Concurso).

**- Caução:**

- 1 - O adjudicatário garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do *Código dos Contratos Públicos*, em valor correspondente a 5% do



preço contratual, o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 - Se o preço contratual vier a ser fixado em montante considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário corresponderá a 10% daquele preço.

3 - Se o preço contratual vier a ser fixado em montante inferior a € 200.000,00, a entidade adjudicante poderá não exigir ao adjudicatário a prestação de caução, caso em que a se procederá à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar a título de garantia do perfeito e tempestivo cumprimento do contrato.

4.- Os termos para a prestação da caução constam dos anexos IV e V do programa do concurso.

Braga, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021